

Aula 03 - Somente PDF

IBGE (Técnico em Informações

Geográficas e Estatísticas)

Conhecimentos Sobre o IBGE - 2023

(Pré-Edital)

Autor:

Leandro Signori

30 de Abril de 2023

Sumário

<i>Interlocução, articulação e mobilização do IBGE para a execução dos grandes projetos institucionais e sigilo das informações.....</i>	2
<i>1 – Formação e funcionamento das agências de coleta.....</i>	2
<i>1.1 Cronologia das alterações ocorridas na rede de coleta.....</i>	3
<i>1.2 Agências de Coleta</i>	4
<i>1.3 Composição e articulação das Agências</i>	5
<i>1.4 Trabalho na Agência</i>	6
<i>2 – Sigilo das informações</i>	9
<i>2.1 Acesso Especial.....</i>	11
<i>2.2 Grupo de Trabalho sobre Sigilo de Informações em Grades Estatísticas</i>	13
<i>Questões Comentadas.....</i>	15
<i>Lista de Questões.....</i>	22
<i>Gabarito</i>	26
<i>Resumo</i>	27



INTERLOCUÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO IBGE PARA A EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS INSTITUCIONAIS E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

1 – Formação e funcionamento das agências de coleta

O Plano Estratégico 2017–2027 ressalta que a peculiar natureza do processo de trabalho da instituição implica atuar com elevado grau de descentralização e forte presença no espaço territorial brasileiro. O IBGE desenvolve suas pesquisas usando como estratégia uma **rede nacional de coleta que viabiliza a execução das atividades operacionais descentralizadas com presteza**.

O atendimento às crescentes demandas do governo e da sociedade exige a implementação de ações com foco na qualidade, na transparência, na economicidade e na modernização dos processos de trabalho, especialmente, nas Superintendências Estaduais e Agências, que são os canais estratégicos privilegiados de pesquisa, conhecimento de território e disseminação de informações.

A representação do IBGE no território cresceu, a princípio, com a criação de repartições locais ou regionais para coleta de informações estatísticas, em 1936, tendo em vista a construção de um sistema estatístico nacional. Nos anos 40, foram estabelecidas através de acordos entre a União, estados e municípios as Agências Municipais de Estatística – AMEs, que eram subordinadas às Prefeituras, porém, atuavam segundo as orientações técnicas do IBGE. A carreira de Agente de Estatística foi instituída em 1946.

O IBGE mantinha em cada unidade federativa, existente à época, uma Inspetoria Regional de Estatística Municipal. As inspetorias foram criadas, em 1944, para prestar assistência técnica às AMEs e no mesmo período foram formadas as Comissões Revisoras de Estatística Municipal para efetuar a revisão do trabalho de coleta estatística municipal realizado pelas Agências.

As primeiras alterações feitas na estrutura de coleta estatística, após a criação da Fundação IBGE ocorreram, em 1968, com a instituição da Coordenação Geral da Rede de Coleta e quando foram implantadas as Delegacias de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística - IBE, em 1969. Na década de 70 foi criada a Rede Nacional de Agências de Coleta e as Agências Municipais de Estatística, incorporadas à estrutura do IBGE, receberam o nome de **Agências de Coleta**.

Uma significativa mudança nas organizações regionais ocorreu 20 anos mais tarde com a criação dos Departamentos Regionais – DEREs, subordinados à Presidência do IBGE e com jurisdição sobre as representações do órgão em uma ou mais Unidades Federativas.

Ao final da década de 90, o IBGE promoveu um estudo sobre a estrutura e o funcionamento das representações regionais do IBGE. A atual configuração da rede foi delineada com base nos estudos do Projeto Presença, coordenado pela Diretoria Executiva, com a participação de representantes de todas as Diretorias e Coordenações Gerais do IBGE, para avaliar e definir uma configuração desejável para a instituição no futuro.



1.1 Cronologia das alterações ocorridas na rede de coleta

Os principais marcos cronológicos da história da Rede de Coleta de informações estatísticas e das representações do IBGE em cada Unidade da Federação podem ser descritos da seguinte forma:

1936	Efetiva instalação do Instituto Nacional de Estatística – INE e celebração da Convenção Nacional de Estatística , que prevê a criação de repartições locais ou regionais para coleta de informações estatísticas, tendo em vista a construção de um sistema estatístico nacional.
1938	Criação de uma Delegacia Geral do Instituto Nacional de Estatística em Salvador/BA, com jurisdição extensiva a todo o território norte da República, a partir do Espírito Santo, para prestar assistência técnica às repartições regionais. Em 1939 ela viria a chamar-se Inspetoria Geral.
1942	Criação das Seções de Estatística Militar , instâncias coletoras de dados estatísticos localizadas nas capitais e submetidas à coordenação do IBGE e de órgãos militares regionais. Início da celebração de Convênios Nacionais de Estatística Municipal , que regulam a criação e funcionamento de Agências Municipais de Estatística – AMEs por meio de acordos entre a União, estados e municípios, com base no princípio da cooperação interadministrativa. As AMEs eram subordinadas às Prefeituras, que delegavam competência ao IBGE para vincular tecnicamente as Agências às regras do sistema estatístico nacional. Instituição de uma “Cota de Estatística”, imposto cobrado sobre “diversões públicas”. <u>A “cota” ou “selo de estatística” só seria regulamentado(a) e passaria a vigorar em 1944, gerando recursos para uma Caixa Nacional de Estatística Municipal. A taxa seria extinta em 1967.</u>
1944	Criação das Inspeções Regionais de Estatística Municipal - IRs , representações que o IBGE mantinha em cada unidade federativa. Às Inspeções cabia a prestação de assessoria técnica às Agências Municipais de Estatística e, ainda, a fiscalização do recolhimento do “selo de estatística”. Criação das Comissões Revisoras de Estatística Municipal – CREMs, constituídas de servidores das IRs e dos Departamentos Estaduais de Estatística – DEEs. As CREMs ficavam encarregadas de efetuar a revisão do trabalho de coleta estatística municipal realizado pelas AMEs. Elas seriam suspensas no ano seguinte.
1946	Criação da carreira de Agente de Estatística , do Quadro de Agências Municipais de Estatística e do Quadro das Inspeções Regionais de Estatística Municipal. Criação das Agências Modelo na organização dos serviços municipais de estatística. A estas, além das atribuições normais de uma AME, cabia também coordenar e supervisionar as atividades de agências sob sua jurisdição, bem como promover o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal lotado em sua área.
1968	Criação da Coordenação Geral da Rede de Coleta , primeira alteração na estrutura dos serviços de coleta de informações estatísticas feita após a criação da Fundação IBGE (que substituiu a autarquia IBGE em 1967). Essa medida visava à centralização da coordenação das atividades técnicas e administrativas das instituições responsáveis pelo serviço de coleta.



1969	Extinção das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal e criação das Delegacias de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística – IBE nos estados, as DELESTs.
1970	Criação da Rede de Nacional de Núcleos de Coleta Estatística .
1971	Criação da Rede Nacional de Agências de Coleta .
1971-1973	Extinção progressiva das Agências Municipais de Estatística, que foram incorporadas à estrutura do IBGE ou extintas. As que foram absorvidas passaram a chamar simplesmente Agências de Coleta .
1975	As Delegacias de Estatística do IBE – DELESTs são transformadas em Delegacias do IBGE nos estados – DELIBGEs. Tal mudança não foi acompanhada de mudanças funcionais e organizacionais significativas.
1977	As Delegacias do IBGE – DELIBGEs são submetidas a uma ampla reestruturação em suas atribuições, competências e organização. Sua nomenclatura foi mantida: seriam Delegacias do IBGE nos estados, substituindo somente a sigla DELIBGEs por DEGEs.
1990	Criação dos Departamentos Regionais – DEREs , instâncias subordinadas à Presidência do IBGE com jurisdição sobre as representações do órgão em uma ou mais Unidades Federativas. Nessa mesma reforma, as DEGEs foram extintas e substituídas por Escritórios Estaduais – ESETs e as Divisões de Pesquisa – DIPEQs em cada Unidade Federativa.
1992	Todos os ESETs tornam-se Divisões de Pesquisa – DIPEQs , uma para cada Unidade da Federação.
1999	O Projeto Presença inicia ampla pesquisa sobre a estrutura e funcionamento das representações do IBGE nos estados e municípios, intitulada “A presença nacional do IBGE, do presente ao futuro. O futuro desejável e o futuro possível”.
2002	Criação das Unidades Estaduais do IBGE - UEs - com base em conclusões do Projeto Presença, publicadas em 2001. São extintos os DEREs e as DIPEQs. Atualmente, as Unidades Estaduais são denominadas de Superintendências Estaduais.

1.2 Agências de Coleta

O número de Agências ativas foi aumentando gradativamente ao longo dos anos chegando a 535 instalações, em 1999, passando a 570 estabelecimentos ativos em todo o Brasil, em 2019. Após, teve uma pequena diminuição. O site do IBGE informa o número de 566 Agências ativas em 2023. Cada Unidade da Federação possui um número diferente de Agências. Isto se deve, principalmente, a fatores como tamanho da população, ao desenvolvimento regional e a condicionantes históricos. A configuração espacial das Agências não segue um padrão regular e o número de Agências não tem correspondência com o tamanho da Unidade da Federação. Para exemplificar essa configuração espacial segue a tabela abaixo:



Unidade da Federação, Área em km², Número de Habitantes, Número de Agências e Total de Servidores lotados por Agência em 2015

Unidade da Federação	Área em km ²	Nº de Habitantes	Nº de Agências	Total de servidores lotados nas Agências
Acre	164.123,7	803.513	4	77
Amazonas	1.559.148,8	3.938.336	11	151
Bahia	564.733	15.203.934	52	392
Minas Gerais	586.519,7	20.869.101	87	505
Paraíba	56.469,7	3.972.202	12	160
Rio de Janeiro	43.777,9	16.550.024	25	528

Fonte: IBGE/Estados @ - Em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>

A maioria das Agências atua em um grupo de municípios que varia de acordo com a disponibilidade de recursos humanos, a concentração populacional e as condições de deslocamento na região. Áreas densamente povoadas possuem maior número de Agências ativas, como ocorre nas Regiões Sudeste e Sul.

Nas Regiões Metropolitanas esta relação de área é oposta. Há Agências com áreas de atuação intramunicipais e constituídas por agregados de bairros ou distritos. No caso do município do Rio de Janeiro há cinco Agências intramunicipais e, em Belo Horizonte, são oito.

Nas áreas com menor concentração populacional a jurisdição é definida por um agregado de municípios. A infraestrutura de transportes disponível na Agência é um fator que precisa ser avaliado, pelo Chefe de Agência, para facilitar o deslocamento do Agente de Coleta durante a realização das pesquisas.

1.3 Composição e articulação das Agências

Quanto à composição do quadro de servidores, pode-se dizer que não há um padrão específico e o quantitativo não é igual. O número de servidores efetivos e contratados é variável. O chefe da Agência é nomeado pelo chefe da Unidade Estadual do IBGE a quem, também, cabe a decisão sobre a lotação de servidores nas Agências.

É importante ressaltar que durante a realização dos grandes projetos institucionais o número de servidores contratados aumenta substancialmente, assim como a quantidade de postos de coleta estabelecidos, temporariamente, como ocorre durante os censos demográficos. No Censo 2010 foram instalados 7.000 postos de coleta para atendimento à demanda daquela pesquisa.

Os grandes projetos do IBGE envolvem todos os órgãos da instituição do planejamento à execução. São exemplos de grandes projetos de pesquisa:

- Censo Demográfico;
- Contagem Populacional;



- Censo Agropecuário;
- PNAD Contínua; e
- Levantamentos para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

O uso do computador de mão e a base censitária em meio digital ampliam a capacidade de investigar e melhoram a qualidade das pesquisas.

Para cada pesquisa uma grande rede de servidores é articulada e mobilizada colocando em prática as etapas necessárias à execução e conclusão dos projetos. O planejamento começa com a avaliação das operações censitárias anteriores, estimativas de custos de todo projeto, definição do conteúdo do questionário, atualização de dados da base territorial e do cadastro de endereços, contratações de servidores temporários, treinamentos e outras várias atividades.

A rede de coleta pode realizar levantamentos de informações para qualquer área de pesquisa. As operações estatísticas ocorrem com maior frequência e, por isso, mantêm as Agências em uma relação sistemática com a Diretoria de Pesquisas.

As alterações tecnológicas introduzidas na metodologia de coleta vêm estreitando cada vez mais a articulação das Agências com a Diretoria de Tecnologia da Informação e com a Diretoria de Geociências, nas demandas por atualizações dos setores censitários da Base Territorial, hoje, associada ao cadastro de endereços – CNEFE.

As operações de pesquisa da rede nacional de Agências do IBGE conta com as Agências informatizadas, interligadas por computador, utilizando um sistema de acompanhamento gerencial mais eficiente que permite alimentação descentralizada de informações e capacidade decisória em tempo real.

Neste processo de modernização institucional, vale ressaltar que a implementação da Escola Virtual do IBGE, sob a administração da ENCE, vem contribuindo para o desenvolvimento de condições mais favoráveis à disseminação do conhecimento, através da Educação a Distância no IBGE proporcionando melhor atendimento às Superintendências Estaduais do IBGE e à rede de Agências em todo o território nacional.

O Portal Agências, criado com o objetivo de disponibilizar as aplicações corporativas do IBGE, por um meio único e simplificado, possibilita o acesso dos funcionários das Agências e das Superintendências Estaduais às atuais aplicações em produção, com vistas à realização dos trabalhos nos escritórios em todo território nacional. O acesso ao Portal Agências - Serviço de Terminal Aplicações Remotas é feito através da página: <https://intranet.ibge.gov.br/my.policy>.

1.4 Trabalho na Agência

Conhecer os fundamentos, normas e regulamentos do IBGE é indispensável ao exercício da função gerencial e do elenco de tarefas periódicas que envolvem a tomada de decisões, autorizações, avaliações, soluções para impasses relativos ao cotidiano gerencial, tanto no relacionamento com os servidores quanto àqueles relativos a pesquisas em desenvolvimento, aprovar e encaminhar documentos, de acordo com as normas em vigência, e sempre prestar esclarecimentos e orientações à equipe.



O trabalho na Agência consiste, principalmente, em coletar informações para as pesquisas que o órgão executa. As entrevistas domiciliares ou econômicas são presenciais ou realizadas via internet. As rotinas administrativas são, em sua maioria, de responsabilidade do Chefe da Agência. Os serviços técnico-operacionais devem ser delegados à equipe técnica, para que sejam desenvolvidas sob a orientação e o acompanhamento do chefe.

Cabe ao **Chefe da Agência**, além das habilidades técnicas específicas e dos conhecimentos administrativos, o papel fundamental de atuar em todo o processo de pesquisa e de representante local do IBGE nos contatos com as autoridades municipais como prefeitos, presidentes de câmaras municipais, vereadores, secretários municipais, diretores de escolas, titulares de cartórios civis e judiciários, juízes, promotores e diversos representantes da sociedade local informantes, assim como os moradores em seus domicílios. Esta articulação externa é primordial para o andamento das pesquisas e obtenção de bons resultados.

No papel de representação institucional e no desempenho adequado de sua função como orientador de equipes é necessário que o Chefe de Agência conheça o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, um instrumento orientado para a promoção da qualidade das informações produzidas pela Instituição.

As atribuições que competem aos servidores lotados nas Agências incluem funções técnico-operacionais e administrativas. São elas:

- Executar de acordo com instruções e/ou orientações, as rotinas administrativas necessárias à manutenção da Unidade de Trabalho, desde o recebimento, a organização, a guarda e o encaminhamento de documentos institucionais e de interessados, bem como efetuar registros administrativos, orçamentários e financeiros, utilizando os recursos de informática disponibilizados pela Instituição e os sistemas corporativos e federais;
- Operar e utilizar equipamentos de informática necessários à sustentação e apoio à coleta de dados, às áreas técnica e de suporte administrativo, à cartografia e geodésia e à disseminação de informações;
- Realizar atividades de administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários e financeiros dando suporte às unidades descentralizadas;
- Executar e apoiar atividades de supervisão de pesquisa de campo nas unidades descentralizadas, acompanhando a distribuição, o controle e o resultado das coletas de dados, através dos sistemas específicos de acompanhamento e controle das pesquisas;
- Supervisionar as equipes de trabalho nas diversas pesquisas, garantindo a qualidade das informações coletadas em consonância com a metodologia, critérios, regras conceituais e técnicas, cumprimento de prazos e modus operandi mais adequado;
- Participar dos treinamentos presenciais e a distância e organizá-los, se for o caso, bem como atuar como instrutor/tutor/facilitador, oferecendo suporte e apoio técnico na organização e realização destes; coletar dados em diversas fontes, planejar, organizar, criticar, corrigir, lançar, tratar e manter os dados garantindo a sua integridade, confiabilidade, disponibilidade, atualização e fidedignidade;
- Realizar entrevistas em domicílios e estabelecimentos informantes para obtenção de dados, conforme metodologia e plano de supervisão da pesquisa;
- Realizar levantamentos topográficos/geográficos/cartográficos com vistas a manter atualizada a base territorial dos municípios;



- Proceder à compilação, montagem e organização dos elementos cartográficos, segundo as especificações e normas adotadas;
- Executar e apoiar as tarefas ligadas à manutenção e atualização da rede física dos marcos geodésicos do IBGE;
- Atuar nas diversas modalidades de disseminação de dados e informações, prestando suporte e orientações aos usuários;
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Para desempenhar as tarefas administrativas cotidianas é necessário saber como operar os sistemas gerenciais informatizados do IBGE, tais como:

- **Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência (SECAF)** – para procedimentos referentes ao controle do ponto eletrônico como autorizações, lançamentos, correções, exclusões, etc;
- **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)** – para solicitação de diárias e passagens comprovações de viagens, etc;
- **Sistema de Dados Administrativos (SDA)** – para avaliação de desempenho, lançamento de despesas e comprovação de suprimentos e inventário de bens móveis;
- **Processos automatizados** – para renovações de contratos, autorizações para o uso de veículos ou para dirigir e indenizações de campo.

Para desempenhar as tarefas técnico-operacionais de acompanhamento de produção, armazenamento de informações e atualização da Base Territorial é indispensável conhecer o funcionamento e a utilização dos seguintes sistemas:

- **Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta – SIGC** – processa as informações da coleta transmitidas pelos postos através do SIGPC. Acompanha o andamento da coleta em níveis nacional, estadual e municipal, por posto de coleta e por setor censitário, auxilia na disseminação de notas técnicas, orientações das Coordenações e os procedimentos que deveriam ser executados pelas equipes de campo;
- **Banco de Dados Operacionais – BDO** – sistema de informações orientado à melhoria do acompanhamento das atividades das Superintendências Estaduais e de suas Agências;
- **Banco de Estruturas Territoriais – BET** – cadastro de informações sobre leis de criação e alterações legais dos limites político-administrativos ao longo da história do Brasil;
- **Base Operacional Geográfica – BOG** – cadastro que contém as informações da evolução espaço-temporal da composição setorial utilizada nos recenseamentos;
- **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE** – cadastro de endereços para apoio a pesquisas e recenseamentos.

A criação das Agências iniciou uma nova era no IBGE e representou um salto de qualidade na obtenção e na produção de informações primordiais ao cumprimento da missão institucional. O Brasil possui de 5.568 municípios nos dias atuais e conta com a cobertura de 566 Agências instaladas estendendo a representação da instituição até as áreas mais longínquas do país.



Na atuação das Agências está a solidez da produção de informações com eficiência, garantindo o acesso às fontes dos dados que se encontram nos municípios brasileiros. Isaac Kerstenetzky, presidente do IBGE nos anos 70, descreveu com precisão a importância desta descentralização e o papel dos servidores das Agências ao dizer que “**a espinha dorsal do IBGE é o agente de coleta**”.

2 – Sigilo das informações

A Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e assegura o caráter sigiloso das informações prestadas ao IBGE.

O texto do Art. 1º. estabelece que toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pelo IBGE, visando a execução do Plano Nacional de Estatística.

Além disso, o parágrafo único desta mesma lei oferece garantias de que as informações prestadas terão caráter sigiloso e serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Vale destacar que a Confidencialidade é o sexto dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais estabelecido pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, “os dados individuais coletados pelos órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos”.

As pesquisas estatísticas realizadas pelo IBGE envolvem uma quantidade grande de pessoas em seu planejamento e execução. A estrutura organizacional do IBGE distribuída no território brasileiro por si só já aponta para a necessidade de estabelecer não só controle de operação e treinamento de todos os agentes envolvidos, como também de conscientização sobre a importância da questão do sigilo das informações individuais coletadas durante a operação de campo e durante todo o processo de apuração, análise e divulgação de resultados.

Assim, a questão do sigilo das informações deve estar presente:

- Nos instrumentos de coleta, que compreendem os manuais de instrução e os questionários;
- Nos treinamentos operacionais;
- Na definição dos procedimentos de segurança adotados para transmissão e armazenamento dos dados;
- Na contratação de pessoal, por meio de termos de compromisso e termo de responsabilidade;
- Na divulgação da legislação existente relacionada com o sigilo das informações; e
- Nas diversas formas de divulgação de resultados.

O IBGE divulga os resultados de suas pesquisas por meio de diversas formas, valendo destacar as descritas a seguir:



Publicação impressa	Produto editorial em papel, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE. Toda publicação impressa é acompanhada de uma publicação digital, em formato pdf, e pode ser acessada, também, no portal do IBGE na Internet.
Publicação digital	Produto editorial em CD-ROM, DVD, entre outros suportes digitais, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.
Arquivo on-line	Arquivo disponibilizado no portal do IBGE na Internet, que não é objeto de padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.
Banco de dados	Coleção de dados interligados e organizados, disponibilizado para consulta no portal do IBGE na Internet.
Arquivo de microdados	Arquivo que contém as variáveis investigadas em uma operação estatística para cada informante, ou seja, para cada questionário. Os microdados constituem a informação mais desagregada possível de uma operação estatística. O IBGE disponibiliza no seu portal na Internet, para download gratuito, os arquivos de microdados das pesquisas domiciliares por amostragem probabilística, incluindo a investigação do questionário da amostra do Censo Demográfico. Outros tipos de pesquisa, que investigam empresas ou outros tipos de estabelecimentos, só têm seus arquivos de microdados disponibilizados após avaliação do risco de revelação de dados individuais, para não ferir os princípios de confidencialidade.

Publicações impressas ou digitais geralmente apresentam dados tabulados, ou seja, com algum grau de agregação. Por outro lado, arquivos on-line, bancos de dados e arquivos de microdados contêm informações individualizadas, e necessitam cuidados especiais relacionados com o sigilo das informações, antes de serem divulgados.

O tratamento da confidencialidade em dados tabulados e nos arquivos de microdados têm diferentes graus de complexidade dependendo da unidade da investigação da pesquisa.

Em geral, censos demográficos e pesquisas domiciliares, cuja unidade de investigação (domicílios e seus moradores) tende a ser mais homogênea, apresentam riscos de revelação mais baixos, quando comparados às pesquisas econômicas, cujas unidades de investigação (empresas e estabelecimentos agropecuários, por exemplo) apresentam características com distribuições bastante assimétricas, que facilitam a identificação.

A identificação de um informante pode ocorrer a partir de três situações:

- I. Quando ele é diretamente identificado em um arquivo liberado (identificação direta);
- II. Quando uma informação sensível sobre o informante é revelada por meio de um arquivo liberado (identificação por atributo); ou



III. Quando um dado liberado torna possível determinar o valor de uma característica de um informante de modo mais preciso do que seria possível obter por qualquer outro meio (identificação por inferência).

Assim, não basta, somente, disseminar arquivos com registros anônimos, no caso de arquivos de microdados.

As formas de proteção dos informantes podem ser efetivadas por restrição de dados (a redução do volume de informação liberado em tabelas ou arquivos), restrição de acesso (introdução de condições para uso dos dados) ou alguma combinação desses procedimentos.

Assim, o tratamento utilizado para garantir o sigilo das informações individualizadas deve ser definido para cada uma dessas formas, em cada resultado específico de uma dada pesquisa.

Além disso, a informação sobre o tratamento adotado deve acompanhar a divulgação dos resultados, geralmente por meio de Notas Técnicas.

2.1 Acesso Especial

Além das formas de divulgação de resultados, o IBGE possui um serviço de acesso a microdados não desidentificados, para permitir a realização de estudos específicos, como, por exemplo, o ajuste de modelos estatísticos.

São duas as situações previstas:

- I. Acesso aos dados por servidores do IBGE para uso em programas de pós-graduação; e
- II. Acesso por parte de pesquisadores externos.



Desidentificar é retirar a identificação de algo ou alguém. Assim, microdados não desidentificados são dados individuais aos quais estão associadas variáveis identificadoras como, por exemplo, o número do CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - para uma empresa, ou do CPF - Cadastro de Pessoa Física, para uma pessoa.

2.1.1 – Serviço de Acesso a Dados Não Desidentificados – Servidores do IBGE

O acesso aos dados individualizados não desidentificados por servidores do IBGE para uso em programas de pós-graduação possui regulamentações próprias de acordo com Norma de Serviço da Diretoria de Pesquisas Nº 001/2010, de 4/10/2010.



A Norma de Serviço está disponível na intranet da Diretoria de Pesquisas, mas o artigo que trata da questão do sigilo das informações está reproduzido logo a seguir.

“Art. 5º - Por força de lei, os servidores do IBGE estão submetidos às normas de confidencialidade. Porém, além disso, deverão assinar termo de compromisso específico (modelo no Anexo 1 da NS) para o acesso a dados individualizados, que ficará sob a guarda da unidade da DPE responsável pela pesquisa.”

A íntegra do modelo desse Termo de Compromisso também está disponível na intranet da Diretoria de Pesquisas, mas as duas cláusulas que tratam diretamente da questão do sigilo são:

“Termo de compromisso tendo por objeto a concessão de arquivos de microdados para uso exclusivo na elaboração da sua Dissertação / Tese / Monografia.

Cláusula Segunda:

O COMPROMITENTE obriga-se a observar e guardar, em toda a sua extensão, a confidencialidade das informações individualizadas a que tiver acesso.

Cláusula Terceira:

O COMPROMITENTE se compromete a não repassar, comercializar, divulgar ou transferir a terceiros as informações objeto da Cláusula Primeira, de qualquer forma que possa violar a confidencialidade mencionada na Cláusula Segunda.”

2.1.2 – Serviço de Acesso a Dados Não Desidentificados – Usuários Externos

A Sala de Acesso a Dados Restritos - SAR, localizada nas dependências do CDDI – Centro de Documentação e Disseminação de Informações, no Rio de Janeiro, foi estabelecida a partir de 2003, com o aumento da demanda por acesso aos microdados de pesquisas econômicas.

Na avaliação do IBGE, os riscos de revelação das pesquisas econômicas são significativamente maiores do que das pesquisas domiciliares. Foi criado, então, o Comitê de Avaliação de Acesso a Microdados não Desidentificados – CAD, que analisa os projetos de pesquisa que solicitam acesso aos microdados das pesquisas econômicas às informações do Censo Agropecuário.

Na sala de acesso é disponibilizado também acesso à base de dados do conjunto universo do Censo Demográfico, ou seja, às variáveis investigadas pelo questionário básico em toda a população. Também é permitida a geração de cadastros para fins estatísticos a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE.



As bases de dados têm o identificador da empresa criptografado.

Os projetos de pesquisa que são submetidos devem ter **fins estatísticos** e o acesso se restringe à elaboração de **modelos estatísticos**. A geração de tabulações especiais a partir das bases econômicas só é permitida se



houver a utilização de bases externas. A utilização de bases externas é permitida, desde que justificada no projeto. O custo de utilização da sala de acesso é estimado pelo IBGE e informado ao pesquisador.

Os procedimentos a serem seguidos pelos usuários externos relacionados com o serviço de acesso a dados não desidentificados estão definidos na página da intranet da Diretoria de Pesquisas e, entre outros requisitos, especifica a necessidade de assinatura de um termo de compromisso.

A Resolução do Conselho Diretor (R.CD - 07/2003), que cria o Comitê de Avaliação de Acesso a Microdados não Desidentificados, a Norma de Serviço do CDDI (NS 01/03), que estabelece os objetivos das salas de acesso a dados restritos a íntegra do modelo desse Termo de Compromisso estão disponíveis na intranet da Diretoria de Pesquisas, mas o seu item 1, que trata diretamente da questão do sigilo, está reproduzido a seguir.

“Termo de compromisso tendo por objeto o acesso a dados não desidentificados

1 O COMPROMITENTE declara que preservará o sigilo das informações estatísticas ao acessar os microdados não desidentificados da [PESQUISA(S)], para gerar informações não identificadas de relevante interesse acadêmico conforme projeto [NOME DO PROJETO], aprovado pelo IBGE, tendo como n.º de processo [.....].”

Vale destacar que os usuários só têm acesso às bases de dados não desidentificadas enquanto estão trabalhando dentro da SAR e que, ao final do trabalho, os resultados do projeto são avaliados pela área técnica antes de serem entregues ao usuário.

2.2 Grupo de Trabalho sobre Sigilo de Informações em Grades Estatísticas

Em 2013, a Portaria da Presidência nº. 485, de 06/12/2013, criou o Grupo de Trabalho sobre sigilo de informações em grades estatísticas, encarregado de desenvolver estudos e procedimentos que possibilitem manter o sigilo das informações individualizadas na disseminação de dados através de grades estatísticas, isto é, para pequenas porções do território, denominada grades. A referida Portaria também designa os servidores que compõem o Grupo de Trabalho constituído por representantes da DPE, CDDI, DGC, DI e ENCE.

Por definição, uma grade estatística é uma estrutura espacial arbitrária e hierárquica composta por células regulares e utilizada para disseminar dados estatísticos agregados. Uma grade estatística deve apresentar as seguintes características:

- Independência de limites-políticos e administrativos, o que viabiliza a comparabilidade espacial;
- Pequena dimensão, o que permite a composição de recortes espaciais;
- Estrutura de dados no formato vetorial ou matricial;
- Estrutura hierárquica, o que permite análises multi-escala;
- Distribuição regular, trazendo eficiência computacional; e
- Ser inalterável ao longo do tempo, o que viabiliza a comparabilidade temporal.

O texto a seguir foi extraído do relatório preparado pelo Grupo de Trabalho, que pode ser encontrado na página da intranet da Diretoria de Pesquisas.



“Por oferecer um maior detalhamento, as grades regulares estatísticas aumentam as chances de uma quebra de sigilo: dados associados às coordenadas geográficas quebram o sigilo, por definição.

A utilização de dados geoespaciais juntamente com tecnologias afins permite aos pesquisadores e tomadores de decisão entender melhor as relações dinâmicas entre os fatores críticos para a pesquisa em muitas áreas. Desenvolvimentos em sensoriamento remoto e tecnologia de computação têm melhorado a resolução dos dados geoespaciais e facilitado a integração destes dados com outros, oferecendo uma maior capacidade de análise das informações.

Na medida em que os dados são espacialmente precisos, existe um aumento correspondente no risco de identificação das pessoas ou organizações para os quais os dados se aplicam. Com a identificação, há o risco de vários tipos de danos para aqueles identificados, além da quebra do compromisso de confidencialidade assumido para a obtenção dos dados.

Uma vez entendidos os benefícios e riscos do uso de dados geoespaciais em combinação com informações individuais, há a necessidade de desenvolver e implementar medidas adequadas para minimizar a divulgação de dados confidenciais e maximizar a utilização de dados geoespaciais”.

O relatório contém recomendações, discutidas no Conselho Diretor, que apontou algumas definições de curto prazo, e a constatação da necessidade de dar continuidade aos estudos sobre tratamento da confidencialidade em divulgações geoespaciais para, por exemplo, considerar o problema da diferenciação que surge envolvendo grade e setor censitário, na divulgação de resultados para a próxima operação censitária. Isso implica a necessidade de decisão conjunta de quais variáveis divulgar na base de informações agregadas por setor censitário e por grade, bem como os correspondentes procedimentos de desidentificação.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na década de 1970 foi criada a Rede Nacional de Agências de Coleta e as antigas Agências Municipais de Estatística (AMEs), que foram incorporadas à estrutura do IBGE, receberam o nome de Agências de Coleta. Sobre a composição e a articulação das Agências de Coleta, é correto afirmar que:

- a) o quantitativo de servidores por agência corresponde a um número fixo igualitário, para garantir o mesmo atendimento a todas as regiões do país;
- b) os chefes das agências são eleitos pelos servidores da Unidade Estadual do IBGE, de modo a preservar uma gestão democrática da rede das agências;
- c) a informatização da rede nacional de agências, a implementação da Escola Virtual do IBGE e do Portal Agências são iniciativas que exemplificam o recente processo de modernização institucional do IBGE;
- d) o trabalho na agência consiste principalmente em analisar os dados coletados pelas diretorias de pesquisa e fornecer novas metodologias de investigação para as diretorias de informática;
- e) aos servidores lotados nas agências competem funções operacionais e consultivas, como operar os equipamentos de informática para a coleta dos dados e prestar consultorias de planejamento para órgãos administrativos públicos e privados.

COMENTÁRIOS:

- a) Incorreta.** O quantitativo de servidores é variável de agência para agência. O número de servidores trabalhando varia de acordo com a demanda de trabalho, abrangência de atuação da agência, entre outros fatores.
- b) Incorreta.** O chefe da Agência é nomeado pelo chefe da Unidade Estadual do IBGE a quem, também, cabe a decisão sobre a lotação de servidores nas Agências.
- c) Correta.** A informatização da rede nacional de agências, a implementação da Escola Virtual do IBGE e do Portal Agências são iniciativas que exemplificam o recente processo de modernização institucional do IBGE
- d) Incorreta.** O trabalho nas agências de coleta consiste principalmente na coleta de informações para as pesquisas que o órgão executa.
- e) Incorreta.** Não é competência de os servidores das agências de coleta prestar consultorias de planejamento para órgãos administrativos públicos e privados.



Gabarito: C

2. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) A atual distribuição espacial das Agências se encontra em avaliação pelo Projeto Rede, desenvolvido pela Diretoria Executiva com o apoio da DGC/CGEO, com o objetivo de contribuir para otimizar o deslocamento dos agentes de coleta durante a realização de suas atividades, entre outras melhorias para a rede de coleta. Sobre as Agências de Coleta de Dados do IBGE, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quanto à composição do quadro de servidores, pode-se dizer que não há um padrão específico e o quantitativo não é igual.
- b) O número de servidores efetivos e contratados é variável.
- c) O chefe da Agência é nomeado pelo Coordenador de Recursos Humanos da Diretoria Executiva.
- d) Há Agências com áreas de atuação intramunicipais e constituídas por agregados de bairros ou distritos.
- e) A configuração espacial das Agências não segue um padrão regular e o número de Agências não tem correspondência com o tamanho da Unidade da Federação.

COMENTÁRIOS:

A única assertiva incorreta é a que afirma que o chefe da Agência é nomeado pelo Coordenador de Recursos Humanos da Diretoria Executiva, porque esta nomeação é de responsabilidade da Unidade Estadual do IBGE a quem, também, cabe a decisão sobre a lotação de servidores nas Agências.

Gabarito: C

3. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Sobre a composição e articulação das Agências de Coleta de Dados do IBGE, julgue verdadeiro (V) ou falso (F):

() Durante a realização dos grandes projetos institucionais o número de servidores contratados aumenta substancialmente, assim como a quantidade de postos de coleta estabelecidos, temporariamente, como ocorre durante os censos demográficos.

() Os grandes projetos do IBGE envolvem todos os órgãos da instituição do planejamento à execução. São exemplos de grandes projetos de pesquisa: o Censo Demográfico, a Contagem Populacional, o Censo Agropecuário, a PNAD Contínua, a Pesquisa de Orçamentos Familiares e os levantamentos para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

() Para cada pesquisa uma grande rede de servidores é articulada e mobilizada colocando em prática as etapas necessárias à execução e conclusão dos projetos. O planejamento começa com a avaliação das operações censitárias anteriores, estimativas de custos de todo projeto, definição do conteúdo do questionário, atualização de dados da base territorial e do cadastro de endereços, contratações de servidores temporários, treinamentos e outras várias atividades.

() As operações estatísticas ocorrem com maior frequência e, por isso, mantêm as Agências em uma relação sistemática com a Diretoria de Geociências.



a) F, V, F, V.

b) V, F, V, F.

c) F, V, V, F.

d) V, V, V, F.

e) V, F, F, F.

COMENTÁRIOS:

A Pesquisa de Orçamentos Familiares NÃO faz parte do escopo das pesquisas dos grandes projetos do IBGE que envolvem todos os órgãos da instituição do planejamento à execução. A última alternativa também é falsa, pois as operações estatísticas mantêm as Agências em uma relação sistemática com a Diretoria de Pesquisas e não com a Diretoria de Geociências.

Gabarito: B

4. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Para desempenhar as tarefas administrativas cotidianas, os servidores, lotados nas Agências de Coleta, necessitam saber como operar os sistemas gerenciais informatizados do IBGE. Assinale a alternativa que NÃO indica um sistema gerencial informatizado utilizado para a realização de tarefas administrativas:

- a) Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência (SECAF).
- b) Processos automatizados.
- c) Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).
- d) Sistema de Dados Administrativos (SDA).
- e) Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta (SIGC).

COMENTÁRIOS:

O Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta – SIGC não é utilizado para a realização de tarefas administrativas. O sistema está relacionado ao desempenho das tarefas técnico-operacionais de acompanhamento de produção, armazenamento de informações e atualização da Base Territorial.

Gabarito: E

5. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) No desempenho de tarefas técnico-operacionais da Base Territorial é indispensável, aos servidores do IBGE, lotados nas Agências de Coleta de Dados, conhecerem o funcionamento e a utilização dos seguintes sistemas, EXCETO:

- a) Banco de Dados Espaciais – BDE.



- b) Base Operacional Geográfica – BOG.
- c) Banco de Estruturas Territoriais – BET.
- d) Banco de Dados Operacionais – BDO.
- e) Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE.

COMENTÁRIOS:

Banco de dados espaciais – BDE é um banco de dados utilizado para o armazenamento de informações sobre o espaço geográfico. E não pertence aos sistemas das tarefas técnico-operacionais da Base Territorial.

Gabarito: A

6. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Sobre os sistemas informatizados do IBGE, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Banco de Dados Operacionais é um sistema de informações orientado à melhoria do acompanhamento das atividades das Superintendências Estaduais e de suas Agências.
- b) A Base de Estruturas Territoriais contém as informações da evolução espaço-temporal da composição setorial utilizada nos recenseamentos.
- c) O Banco de Estruturas Territoriais é um cadastro de informações sobre leis de criação e alterações legais dos limites político-administrativos ao longo da história do Brasil.
- d) O Sistema de Dados Administrativos é utilizado para avaliação de desempenho, lançamento de despesas, comprovação de suprimentos e inventário de bens móveis.
- e) O Sistema de Processos automatizados é utilizado para renovações de contratos, autorizações para o uso de veículos ou para dirigir e indenizações de campo.

COMENTÁRIOS:

A Base de Estruturas Territoriais contém um conjunto de informações sobre a estrutura territorial legal brasileira, ao longo do tempo, com sua divisão político-administrativa. A **Base Operacional Geográfica – BOG** que tem como característica conter o cadastro das informações da evolução espaço-temporal da composição setorial utilizada nos recenseamentos.

Gabarito: B

7. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Em relação às informações obtidas, trabalhadas e divulgadas pelo IBGE, a questão do sigilo das informações deve estar presente, EXCETO:

- a) Na contratação de pessoal, por meio de termos de compromisso e termo de responsabilidade.
- b) Nos treinamentos operacionais.



- c) Na divulgação da legislação existente relacionada ao IBGE.
- d) Na definição dos procedimentos de segurança adotados para a transmissão e armazenamento dos dados.
- e) Nos instrumentos de coleta, que compreendem os manuais de instrução e os questionários.

COMENTÁRIOS:

O sigilo das informações deve estar presente na divulgação da legislação existente relacionada com o sigilo das informações. O examinador quais confundir o candidato com uma pegadinha, referindo-se à legislação existente relacionada ao IBGE. Todas as demais alternativas estão de acordo com as normas de sigilo definidas pelo IBGE.

Gabarito: C

8. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) De acordo com as formas de divulgação do resultado das pesquisas do IBGE, correlacione as colunas abaixo e encontre a correta sequência:

1. Publicação Impressa.

2. Banco de dados.

3. Arquivo de microdados.

4. Arquivo on-line.

5. Publicação digital.

() Produto editorial em papel, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE. É acompanhada de uma publicação digital.

() Produto editorial em CD-ROM, DVD, entre outros suportes digitais, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

() Arquivo que contém as variáveis investigadas em uma operação estatística para cada informante, ou seja, para cada questionário.

() Coleção de dados interligados e organizados, disponibilizado para consulta no portal do IBGE na Internet.

() Arquivo disponibilizado no portal do IBGE na Internet, que não é objeto de padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

a) 2 – 3 – 4 – 5 – 1.

b) 1 – 4 – 3 – 2 – 4.

c) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.



d) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.

e) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.

COMENTÁRIOS:

(1) Publicação Impressa: Produto editorial em papel, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE. É acompanhada de uma publicação digital.

(5) Publicação digital: Produto editorial em CD-ROM, DVD, entre outros suportes digitais, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

(3) Arquivo de microdados: Arquivo que contém as variáveis investigadas em uma operação estatística para cada informante, ou seja, para cada questionário.

(2) Banco de dados: Coleção de dados interligados e organizados, disponibilizado para consulta no portal do IBGE na Internet.

(4) Arquivo on-line: Arquivo disponibilizado no portal do IBGE na Internet, que não é objeto de padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

Gabarito: D

9. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) O sigilo das informações deve estar presente:

- a) Somente na contratação de pessoal temporário.
- b) Nos treinamentos públicos.
- c) Nos manuais de instrução e questionários, que não são instrumentos de coleta.
- d) Nos resultados divulgados de diversas formas.
- e) Não existe nenhum normativo legal que garanta o sigilo das informações.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta. O sigilo das informações deve estar presente tanto na contratação de pessoal efetivo, como de temporário, por meio de termos de compromisso e termo de responsabilidade.

b) Incorreta. O sigilo das informações deve estar presente nos treinamentos operacionais.

c) Incorreta. Os manuais de instrução e questionários são instrumentos de coleta e neles deve estar presente o sigilo das informações.

d) Correta. O sigilo das informações deve estar presente nas diversas formas de divulgação dos resultados.



e) **Incorreta.** Existe sim um normativo legal que garante o sigilo das informações é a Lei nº 5.534/1968, que em seu parágrafo único oferece garantias de que as informações prestadas ao IBGE terão caráter sigiloso e serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Gabarito: D

10. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Por definição, uma grade estatística é uma estrutura espacial arbitrária e hierárquica composta por células regulares e utilizada para disseminar dados estatísticos agregados. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das características da grade estatística:

- a) Estrutura hierárquica, o que permite análises multi-escala.
- b) Distribuição orgânica, trazendo eficiência computacional.
- c) Ser alterável ao longo do tempo, o que viabiliza a comparabilidade transformacional.
- d) Estrutura de dados no formato vetorial ou poligonal.
- e) Dimensão variável, o que permite a composição de múltiplos recortes espaciais.

COMENTÁRIOS:

Grade estatística é uma estrutura espacial arbitrária e hierárquica composta por células regulares e utilizada para disseminar dados estatísticos agregados. Uma grade estatística deve apresentar as seguintes características: independência de limites-políticos e administrativos, o que viabiliza a comparabilidade espacial; pequena dimensão, o que permite a composição de recortes espaciais; estrutura de dados no formato vetorial ou matricial; estrutura hierárquica, o que permite análises multi-escala; distribuição regular, trazendo eficiência computacional; e ser inalterável ao longo do tempo, o que viabiliza a comparabilidade temporal.

Gabarito: A



LISTA DE QUESTÕES

1. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na década de 1970 foi criada a Rede Nacional de Agências de Coleta e as antigas Agências Municipais de Estatística (AMEs), que foram incorporadas à estrutura do IBGE, receberam o nome de Agências de Coleta. Sobre a composição e a articulação das Agências de Coleta, é correto afirmar que:

- a) o quantitativo de servidores por agência corresponde a um número fixo igualitário, para garantir o mesmo atendimento a todas as regiões do país;
- b) os chefes das agências são eleitos pelos servidores da Unidade Estadual do IBGE, de modo a preservar uma gestão democrática da rede das agências;
- c) a informatização da rede nacional de agências, a implementação da Escola Virtual do IBGE e do Portal Agências são iniciativas que exemplificam o recente processo de modernização institucional do IBGE;
- d) o trabalho na agência consiste principalmente em analisar os dados coletados pelas diretorias de pesquisa e fornecer novas metodologias de investigação para as diretorias de informática;
- e) aos servidores lotados nas agências competem funções operacionais e consultivas, como operar os equipamentos de informática para a coleta dos dados e prestar consultorias de planejamento para órgãos administrativos públicos e privados.

2. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) A atual distribuição espacial das Agências se encontra em avaliação pelo Projeto Rede, desenvolvido pela Diretoria Executiva com o apoio da DGC/CGEO, com o objetivo de contribuir para otimizar o deslocamento dos agentes de coleta durante a realização de suas atividades, entre outras melhorias para a rede de coleta. Sobre as Agências de Coleta de Dados do IBGE, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quanto à composição do quadro de servidores, pode-se dizer que não há um padrão específico e o quantitativo não é igual.
- b) O número de servidores efetivos e contratados é variável.
- c) O chefe da Agência é nomeado pelo Coordenador de Recursos Humanos da Diretoria Executiva.
- d) Há Agências com áreas de atuação intramunicipais e constituídas por agregados de bairros ou distritos.
- e) A configuração espacial das Agências não segue um padrão regular e o número de Agências não tem correspondência com o tamanho da Unidade da Federação.

3. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Sobre a composição e articulação das Agências de Coleta de Dados do IBGE, julgue verdadeiro (V) ou falso (F):



() Durante a realização dos grandes projetos institucionais o número de servidores contratados aumenta substancialmente, assim como a quantidade de postos de coleta estabelecidos, temporariamente, como ocorre durante os censos demográficos.

() Os grandes projetos do IBGE envolvem todos os órgãos da instituição do planejamento à execução. São exemplos de grandes projetos de pesquisa: o Censo Demográfico, a Contagem Populacional, o Censo Agropecuário, a PNAD Contínua, a Pesquisa de Orçamentos Familiares e os levantamentos para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

() Para cada pesquisa uma grande rede de servidores é articulada e mobilizada colocando em prática as etapas necessárias à execução e conclusão dos projetos. O planejamento começa com a avaliação das operações censitárias anteriores, estimativas de custos de todo projeto, definição do conteúdo do questionário, atualização de dados da base territorial e do cadastro de endereços, contratações de servidores temporários, treinamentos e outras várias atividades.

() As operações estatísticas ocorrem com maior frequência e, por isso, mantêm as Agências em uma relação sistemática com a Diretoria de Geociências.

- a) F, V, F, V.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, V, F.
- d) V, V, V, F.
- e) V, F, F, F.

4. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Para desempenhar as tarefas administrativas cotidianas, os servidores, lotados nas Agências de Coleta, necessitam saber como operar os sistemas gerenciais informatizados do IBGE. Assinale a alternativa que NÃO indica um sistema gerencial informatizado utilizado para a realização de tarefas administrativas:

- a) Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência (SECAF).
- b) Processos automatizados.
- c) Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).
- d) Sistema de Dados Administrativos (SDA).
- e) Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta (SIGC).

5. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) No desempenho de tarefas técnico-operacionais da Base Territorial é indispensável, aos servidores do IBGE, lotados nas Agências de Coleta de Dados, conhecerem o funcionamento e a utilização dos seguintes sistemas, EXCETO:

- a) Banco de Dados Espaciais – BDE.

- b) Base Operacional Geográfica – BOG.
- c) Banco de Estruturas Territoriais – BET.
- d) Banco de Dados Operacionais – BDO.
- e) Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE.

6. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Sobre os sistemas informatizados do IBGE, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Banco de Dados Operacionais é um sistema de informações orientado à melhoria do acompanhamento das atividades das Superintendências Estaduais e de suas Agências.
- b) A Base de Estruturas Territoriais contém as informações da evolução espaço-temporal da composição setorial utilizada nos recenseamentos.
- c) O Banco de Estruturas Territoriais é um cadastro de informações sobre leis de criação e alterações legais dos limites político-administrativos ao longo da história do Brasil.
- d) O Sistema de Dados Administrativos é utilizado para avaliação de desempenho, lançamento de despesas, comprovação de suprimentos e inventário de bens móveis.
- e) O Sistema de Processos automatizados é utilizado para renovações de contratos, autorizações para o uso de veículos ou para dirigir e indenizações de campo.

7. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Em relação às informações obtidas, trabalhadas e divulgadas pelo IBGE, a questão do sigilo das informações deve estar presente, EXCETO:

- a) Na contratação de pessoal, por meio de termos de compromisso e termo de responsabilidade.
- b) Nos treinamentos operacionais.
- c) Na divulgação da legislação existente relacionada ao IBGE.
- d) Na definição dos procedimentos de segurança adotados para a transmissão e armazenamento dos dados.
- e) Nos instrumentos de coleta, que compreendem os manuais de instrução e os questionários.

8. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) De acordo com as formas de divulgação do resultado das pesquisas do IBGE, correlacione as colunas abaixo e encontre a correta sequência:

1. Publicação Impressa.
2. Banco de dados.
3. Arquivo de microdados.



4. Arquivo on-line.

5. Publicação digital.

() Produto editorial em papel, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE. É acompanhada de uma publicação digital.

() Produto editorial em CD-ROM, DVD, entre outros suportes digitais, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

() Arquivo que contém as variáveis investigadas em uma operação estatística para cada informante, ou seja, para cada questionário.

() Coleção de dados interligados e organizados, disponibilizado para consulta no portal do IBGE na Internet.

() Arquivo disponibilizado no portal do IBGE na Internet, que não é objeto de padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

a) 2 – 3 – 4 – 5 – 1.

b) 1 – 4 – 3 – 2 – 4.

c) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.

d) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.

e) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.

9. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) O sigilo das informações deve estar presente:

a) Somente na contratação de pessoal temporário.

b) Nos treinamentos públicos.

c) Nos manuais de instrução e questionários, que não são instrumentos de coleta.

d) Nos resultados divulgados de diversas formas.

e) Não existe nenhum normativo legal que garanta o sigilo das informações.

10. (LEANDRO SIGNORI/QUESTÃO SIMULADA) Por definição, uma grade estatística é uma estrutura espacial arbitrária e hierárquica composta por células regulares e utilizada para disseminar dados estatísticos agregados. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das características da grade estatística:

a) Estrutura hierárquica, o que permite análises multi-escala.

b) Distribuição orgânica, trazendo eficiência computacional.



- c) Ser alterável ao longo do tempo, o que viabiliza a comparabilidade transformacional.
- d) Estrutura de dados no formato vetorial ou poligonal.
- e) Dimensão variável, o que permite a composição de múltiplos recortes espaciais.

GABARITO



- | | | |
|------|------|-------|
| 1. C | 5. A | 9. D |
| 2. C | 6. B | 10. A |
| 3. B | 7. C | |
| 4. E | 8. D | |



RESUMO

O IBGE desenvolve suas pesquisas usando como estratégia uma rede nacional de coleta que viabiliza a execução das atividades operacionais descentralizadas com presteza.

O número de Agências ativas tem aumentado ao longo dos anos. Cada Unidade da Federação possui um número diferente de Agências. Três fatores são levados em conta:

- Tamanho da população;
- Desenvolvimento regional; e
- Condicionantes históricos.

A configuração espacial das Agências **não segue um padrão regular** e o número de Agências não tem correspondência com o tamanho da Unidade da Federação.

A maioria das Agências atua em um grupo de municípios que varia de acordo com:

- Disponibilidade de recursos humanos;
- Concentração populacional; e
- Condições de deslocamento na região.

Áreas densamente povoadas possuem maior número de Agências ativas, como ocorre nas Regiões Sudeste e Sul.

Quanto à composição do quadro de servidores não há um padrão específico e o quantitativo não é igual. O número de servidores efetivos e contratados é variável.

O chefe da Agência é nomeado pelo chefe da Superintendência Estadual do IBGE a quem, também, cabe a decisão sobre a lotação de servidores nas Agências.

Durante a realização dos grandes projetos institucionais o número de servidores contratados aumenta substancialmente, assim como a quantidade de postos de coleta estabelecidos, temporariamente.

Os grandes projetos do IBGE envolvem todos os órgãos da instituição do planejamento à execução. São exemplos de grandes projetos de pesquisa:



Contagem Populacional;

Censo Agropecuário;

PNAD Contínua; e

Levantamentos para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

O trabalho na Agência consiste em coletar informações para as pesquisas que o órgão executa. As rotinas administrativas são, em sua maioria, de responsabilidade do Chefe da Agência. Os serviços técnico-operacionais devem ser delegados à equipe técnica, para que sejam desenvolvidas sob a orientação e o acompanhamento do chefe.

Sistemas gerenciais informatizados do para o desempenho das tarefas administrativas cotidianas:

Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência (SECAF): procedimentos referentes ao controle do ponto eletrônico como autorizações, lançamentos, correções, exclusões etc;

Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP): solicitação de diárias e passagens comprovações de viagens etc;

Sistema de Dados Administrativos (SDA): avaliação de desempenho, lançamento de despesas e comprovação de suprimentos e inventário de bens móveis;

Processos automatizados: renovações de contratos, autorizações para o uso de veículos ou para dirigir e indenizações de campo.

Sistemas para o desempenho de tarefas técnico-operacionais de acompanhamento de produção, armazenamento de informações e atualização da Base Territorial:

Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta – SIGC: processa as informações da coleta transmitidas pelos postos. Acompanha o andamento da coleta em níveis nacional, estadual e municipal, por posto de coleta e por setor censitário, auxilia na disseminação de notas técnicas, orientações das Coordenações e os procedimentos que deveriam ser executados pelas equipes de campo;

Banco de Dados Operacionais – BDO: sistema de informações orientado à melhoria do acompanhamento das atividades das Superintendências Estaduais e de suas Agências;

Banco de Estruturas Territoriais – BET: cadastro de informações sobre leis de criação e alterações legais dos limites político-administrativos ao longo da história do Brasil;

Base Operacional Geográfica – BOG: cadastro que contém as informações da evolução espaço-temporal da composição setorial utilizada nos recenseamentos;



O IBGE deve garantir o sigilo das informações individuais coletadas durante a operação de campo e durante todo o processo de apuração, análise e divulgação de resultados.

O sigilo das informações deve estar presente:

- Nos instrumentos de coleta, que compreendem os manuais de instrução e os questionários;
- Nos treinamentos operacionais;
- Na definição dos procedimentos de segurança adotados para transmissão e armazenamento dos dados;
- Na contratação de pessoal, por meio de termos de compromisso e termo de responsabilidade;
- Na divulgação da legislação existente relacionada com o sigilo das informações; e
- Nas diversas formas de divulgação de resultados.

Acesso Especial

Serviços de acesso a microdados não desidentificado que permitem a realização de estudos específicos

Serviço de Acesso a Dados Não Desidentificados Servidores do IBGE:	Serviço de Acesso a Dados Não Desidentificados Usuários Externos:
Acesso aos dados individualizados não desidentificados por servidores do IBGE para uso em programas de pós-graduação com regulamentações próprias de acordo com Norma de Serviço da Diretoria de Pesquisas.	Acesso aos dados não desidentificados por usuários externos relacionados a projetos de pesquisa devendo ter fins estatísticos. Sendo que o acesso se restringe à elaboração de modelos estatísticos.

O IBGE divulga os resultados de suas pesquisas por meio de diversas formas, valendo destacar:

- Publicação impressa;
- Publicação digital;
- Arquivo on-line;
- Banco de dados; e
- Arquivo de microdados.



Por definição, uma grade estatística é uma estrutura espacial arbitrária e hierárquica composta por células regulares e utilizada para disseminar dados estatísticos agregados. Uma grade estatística deve apresentar as seguintes características:

Independência de limites-políticos e administrativos, o que viabiliza a comparabilidade espacial;	Pequena dimensão, o que permite a composição de recortes espaciais;
Estrutura de dados no formato vetorial ou matricial;	Estrutura hierárquica, o que permite análises multi-escala; e
Distribuição regular, trazendo eficiência computacional;	Ser inalterável ao longo do tempo, o que viabiliza a comparabilidade temporal.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.